

As congregações católicas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: educação feminina (1889-1940)

The catholic congregations in west of Minas Gerais: women education (1889-1940)

Geraldo INÁCIO FILHO¹

Michelle Pereira da Silva ROSSI²

Resumo:

A proposta deste trabalho é estudar a presença das Congregações Católicas que chegaram durante o primeiro período Republicano no Oeste de Minas Gerais. Tais Congregações desenvolveram peculiar papel na formação dos jovens, principalmente das moças, em um contexto em que a Igreja Católica buscava consolidar sua presença, ameaçada diante das propostas republicanas. Metodologicamente, utilizamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, quanto à consolidação das escolas normais para a formação da mulher e em relação aos fundamentos históricos do ideário educativo católico desenvolvido no contexto brasileiro, especificamente na região oeste de Minas Gerais, para configurarmos esta realidade numa perspectiva regional. Procedemos também levantamento documental em relação à implantação de escolas católicas desenvolvidas pelas congregações femininas oriundas da Europa. Portanto, as Escolas Normais religiosas tornaram-se importantes espaços para a difusão da educação, como o modelo de “mulher ideal”, que correspondia aos propósitos sociais vigentes e disseminados por tais escolas. De certo, os planos educacionais desenvolvidos pela Igreja para a mulher não deixariam de favorecer a relação escola e lar. Ao analisarmos a consolidação das escolas confessionais, entendemos que a educação feminina constituiu, para a Igreja, num projeto de evangelização ou restauração católica na sociedade republicana. Retoma-se aqui à hipótese inicial da pesquisa, a formação feminina respondeu aos anseios católicos como importante meio de evangelização e interiorização da própria religião naquela sociedade, pelo cultivo e estímulo em defesa da família, pela ordem e a disciplina.

Palavras-Chave: História da Educação. Educação Feminina. Igreja Católica.

Abstract

The proposal of this work is to study the presence of the Catholic Congregations which arrived in the West of Minas Gerais during the first republican period. Such congregations played an important role in the education of the youth, mainly, of young girls, in a context in which the Catholic Church tried to consolidate its own presence, challenged by the republican proposals. In the methodology, we used the following procedures: bibliographic inquiry to examine the consolidation of the girl-oriented schools as well as the relation of the historical foundations of this catholic program of education in the Brazilian situation, specifically in the western region of Minas Gerais. By the same token, the documental inquiry was used to examine the implantation of the catholic schools, created by the female congregations which arrived from Europe. These schools turned out to become important spaces in the broadcasting of education of the woman as an “ideal woman”, which corresponded to the expected social wishes of the time. Certainly, the educational plans developed by the Church for the woman would not favor the relation school and home. When we analyze the consolidation of these confessional schools, we understand that the woman education, in the church's view, was part of the plan of evangelization or the catholic restoration in the republican society. At this point, the initial assumption may be brought up again: the woman education corresponded to the catholic plans as an important means of evangelization and religious conquest in that society by growing and supporting the family as well as keeping order and discipline.

Keywords: History of Education. Woman education. Catholic Church.

1 Doutor em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: <gifilho@faced.ufu.br>. Endereço Institucional: Av. João Naves de Avila, 2121 – Santa Mônica, CEP: 38400-092, Uberlândia, MG, Brasil.

2 Doutoranda em Educação – UFU. Bolsista da Capes. E-mail: <mrossi@yahoo.com.br>.

Introdução

No final do século XIX, a Igreja Católica, no Brasil, permanecia ainda como religião de Estado. Havia uma imbricação entre o projeto católico e a coroa brasileira, realidade que viria a mudar com o fim da monarquia e a proclamação da República, no ano de 1889, com a conseqüente separação e afastamento entre o novo regime e a religião.

A Igreja Católica, diante dessa nova realidade no contexto brasileiro, lançou mão do projeto de romanização, o que requereu a implementação de uma política de restauração. Para tanto, a educação, através da instalação de colégios pelas congregações religiosas, prestou relevante serviço. O que evidencia enquanto atividade educativa que explica e reconstrói modelos ou ideologias, tornando-se essencial para a compreensão das expectativas dominantes e suas representações na sociedade.

Daí poder-se afirmar que se trata de uma relação de poder ou uma relação de dominação, pois, através das complexidades do processo educativo, ações podem ser legitimadas por determinado grupo. Dado esse significado, é possível entender a relevância que a educação assumiu no contexto brasileiro, sobretudo a partir dos últimos anos do século XIX. Os confrontos entre Igreja e Estado Republicano possibilitou que, diante de suas ideologias, desenvolvessem modelos próprios de escolas e de educação: o modelo de escola pública, para uma estrutura de sociedade que firmava seus valores para o desenvolvimento no contexto da modernidade, e o modelo de escola confessional, que atendia às aspirações reformadoras da Igreja Católica.

1. As Congregações Religiosas Femininas

O projeto de Restauração da Igreja no contexto brasileiro assumiu diferentes formas, adaptando-se às mudanças e aplicando seus objetivos em ações sociais, políticas e religiosas.

A dimensão educacional não estaria isolada desse contexto, pois desde a chegada dos jesuítas a Igreja Católica traçou objetivos definidos para a catequese dos índios. Ao encontrar problemas em relação a essa evangelização, passam a desenvolver trabalho direcionado para as crianças e, depois, para os brancos. Essa prioridade, executada pela Companhia, caracterizou-a como uma ordem docente, ou precisamente, uma ordem de escolas. Ao criá-la, Inácio de Loyola não apenas confiava na educação como forma de encontrar, por meio dela, novos membros para a Companhia, mas também “preparar cristãos bem formados para os diversos cargos e funções da vida civil” (SCHMITZ, 1994, p. 170).

Assim, a evangelização vinculada ao ensino nas chamadas aulas catequéticas, consistia no ensinamento da doutrina católica, tendo como principal objetivo formar o “cidadão lusitano”, ou a fé católica, termos que sob o regime do padroado, identificavam-se. Portanto, era um projeto político e religioso.

Nesse aspecto, a evangelização estava caracterizada pelo domínio de terras passou a justificar o procedimento de opressão e escravidão de indígenas e africanos. A atividade educativa subordinava-se a uma teoria da sociedade, que lhe vai fornecer critérios decisivos para a sua ação. Então, ela fornece modelos de condutas (representações), para que seus alunos correspondam a tais perspectivas.

No entanto, é a partir de 1840, estendendo-se até 1889, que se instaura o momento de preocupação com a Reforma da Igreja, com objetivo de separar o clero da participação política. Aqui, entendemos uma evangelização para “catolizar o povo brasileiro”. Daí a atenção para a difusão de escolas e a própria formação do clero, permitindo que a educação fosse importante meio para se atingir tal fim, portanto, uma catequese mais extensa.

As autoridades religiosas brasileiras “recorreram a institutos religiosos europeus para levar avante o movimento” da reforma segundo o espírito tridentino³. Os primeiros religiosos a se estabelecer no Brasil, na época imperial, foram os Padres da Missão, seguidos pelas Filhas da Caridade, ramo feminino da obra fundada por S. Vicente de Paulo. Em seguida, os jesuítas que conseguiram reentrar no país. “Já na última década do império chegaram ao Brasil os dominicanos e os salesianos” (AZZI & BEOZZO, 1986, p. 9-10). Os dominicanos instalaram, em Uberaba, no ano de 1881, a sua primeira fundação; ao lado deles, em 1885, as Irmãs Dominicanas fundaram a escola para meninas.

A missão dos dominicanos também objetivava reformar a moral do povo cristão, convocando a população para regularizar os casamentos segundo a legislação eclesiástica. Essas congregações foram importantes na vida religiosa do povo e atuaram principalmente na região oeste dos estados de Minas Gerais e de Goiás.

As reformas de âmbito nacional tiveram em Mariana uma das primeiras dioceses do Brasil, importante inserção deste movimento. O bispo D. Viçoso (1844-1897) consolidou na diocese mineira o trabalho dos Lazaristas, que assumiram a direção do seminário. Em 1889, a diocese já contava com o trabalho ativo dos Padres da Missão, das Filhas da Caridade, além do antigo Recolhimento de Macaúbas, reformado na época de D. Viçoso (AZZI & BEOZZO, 1986, p. 65).

3 Determinou o concílio de Trento a ereção de seminários para a formação espiritual e intelectual de futuros sacerdotes. Dirigiu-se, de modo particular aos cristãos, recomendando a recepção freqüente dos sacramentos.

No entanto, verificamos que desde o Império as dificuldades em instituir a educação da mulher colocava-a em defasagem na sociedade brasileira, conquanto a Constituição Imperial prescrevia o ensino primário gratuito para todo o cidadão e determinava uma escolarização diferenciada para as mulheres. Mas, o Estado não possibilitou as condições para execução dos currículos nas referidas escolas, as quais praticamente inexistiam; o ensino era precário e elas não tinham instalações apropriadas. A responsabilidade do ensino era conferida às províncias, que fizeram pouco caso dessa responsabilidade devido aos gastos elevados para manter uma escola pública, ou pela própria defesa do ensino privado.

Nesse conjunto de conflitos, a formação feminina ficou prejudicada, pois as meninas cresciam analfabetas, vivendo em casa, sendo preparadas tão somente para o casamento, ou viviam enclausuradas nos recolhimentos, como o de Macaúbas.

Conciliando o desejo de educar os jovens por parte das famílias, com o interesse do bispado pela disseminação do catolicismo na vida cotidiana dos fiéis, a educação da mulher assumiu novas proporções nesses institutos, atendendo à “clientela dos estratos superiores e médios da sociedade”, possibilitando que a criação dos internatos ou orfanatos masculinos e femininos encontrasse o apoio da sociedade (MUNIZ, 2003, p. 181). Os institutos religiosos femininos destacaram-se na educação da juventude e em outras obras de assistência social, como o atendimento a hospitais, asilos e orfanatos.

Estes colégios eram vistos pelo bispado como importante espaço para a formação moral e religiosa. Por isso, se a preocupação com a internalização do catolicismo era essencial, por que não começar com a educação das meninas, que exerceriam importante papel nas suas futuras famílias?

De certa forma, a realidade reforçou a presença de instituições privadas, principalmente católicas, responsáveis pela formação de professoras para o setor público, não deixando de transmitir a influência religiosa: “há um etos religioso fundante na formação dessas primeiras professoras” (LOPES & GALVÃO, 2001, p. 73), pois, tais congregações especificavam em seus colégios uma educação de conduta estética, religiosa e formação para o lar, que salientava em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe.

Nas primeiras décadas da República, pouco mudou quanto à educação feminina e certas características foram perpetuadas, como o baixo nível da educação da mulher, defendidas em nome das necessidades morais e sociais de preservação da família. Uma visão católica conservadora afirmando as diferenças entre o homem e a mulher, perpetuou essa imagem, com o intuito de manter a supremacia masculina sobre o gênero feminino:

O desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, seria o responsável pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas. Ora, se a desigualdade de capacidades intelectuais entre os sexos se devia a fatores de caráter histórico, a mulher não estava condenada a persistir na ignorância e, portanto, na inferioridade mental e social. A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita [...] (SAFFIOTI, 1976, p. 206).

Essas desigualdades tornaram-se estratégias para a Igreja que, aliada aos interesses sociais, era a principal responsável pela educação feminina, também no período republicano. Não é em vão que entre 1872-1930, cinquenta e oito congregações masculinas se estabeleceram no oeste mineiro, um número bem reduzido em relação às congregações femininas: cem. Soma-se a esse crescimento a imigração no país, ela criou a base social para a implantação de um catolicismo europeizado e romanizado, muito distinto do anterior catolicismo luso-caboclo.

Seus colégios eram destinados à educação segundo os princípios católicos, “uma vez que os institutos religiosos eram considerados como os baluartes do espírito conservador e reacionário, em oposição às reformas sociais exigidas pela sociedade brasileira” (NUNES, 1986, p. 195), traziam consigo a configuração de uma educação católica para a juventude, e, precisamente, para a mulher.

Então, tais escolas tornavam-se estratégias ideológicas da Igreja no seu projeto de restauração no decorrer do período republicano, com objetivo de centralizar e aprofundar o controle católico na sociedade, constituindo, juntamente com outras instituições católicas, como asilos, creches, bem como o trabalho catequético em geral, “canais privilegiados, através dos quais a Igreja faz passar representações religiosas e éticas.” (NUNES, 1986, p. 199).

As constantes crises entre Igreja e Estado encontraram seus reflexos na educação e, precisamente, nas escolas públicas. Os debates sobre o Ensino Religioso assumiam diferentes proporções ideológicas entre sua laicidade e seu confessionalismo. O que a nossa análise traz à tona são as diversas maneiras pelas quais a escola operou ou reproduziu os interesses de determinado grupo, nesse caso, a Igreja e o Estado.

A Igreja, na tentativa de consolidar-se diante do novo regime, procurou defender a fé católica, sob a perspectiva de uma reforma moral, através da religião. O estado de Minas Gerais exerceu salutar influência nessa conquista da Igreja pelo Ensino Religioso, isso porque “a Igreja em Minas tornou-se um campo de provas dos movimentos de ação católica” (SCHWARTZMAN, BOMENY,

e COSTA, 2000, p. 72), seja pela considerável presença das congregações, ou pela luta contra o laicismo integral do ensino, salientando a importância da educação como meio de atingir fins.

Francisco Campos, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, em 1930, reforçou, no âmbito nacional, a força política do Ensino Religioso nas escolas, pois via nela o papel para a estabilização do novo governo, o que resultou no decreto de 1931, permitindo seu ensino nas escolas públicas. Para Campos, o papel da Igreja era importante instrumento no interior do projeto político e sua visão voltava-se para a consolidação do novo governo. Esse pensamento estava relacionado com a própria visão que a Igreja tinha sobre o Ensino Religioso: a formação moral dos jovens.

A Igreja protestava contra sua exclusão nas Escolas Públicas que se expandiam pelo país, naquele início de vida republicana: “jamais se ouviu tanto falar de moral, como nos nossos tempos, e nunca se fez d’ella tamanho descaso. Nega-se á Igreja o direito de ensinar e de inculcar nos corações os preceitos de Deus.” (Correio Catholico, 1924, nº 8). Portanto, foi pela defesa da fé, ou pela importante missão que a Igreja desempenhou na trajetória do país, que as suas reivindicações pela presença do Ensino Religioso nos currículos escolares foram constantes, visto que baseadas na tradição educacional.

Somente com a posse de Gustavo Capanema, em 1934, no Ministério da Educação e Saúde mudanças mais significativas foram dirigidas à Igreja Católica. Assim, considerado homem de confiança da Igreja, “as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério como parte do acordo geral que, então, se estabeleceu entre a Igreja e o Regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos” (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 65), acontecimento apoiado pela influência de Alceu Amoroso Lima.

As transformações desenvolvidas por Capanema também alcançaram a educação feminina, desdobrada em dois planos: “haveria que proteger a família”, ao mesmo tempo em que “haveria que dar à mulher uma educação adequada ao seu papel familiar.” (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 123). Entendemos que a educação feminina ainda era relacionada à sua “função natural” para o trabalho doméstico. Ao lado disso, o seu papel social foi afirmado sobre a importância que a família tinha para a sociedade, daí a valorização das virtudes femininas e do seu papel social na execução de obras sociais. Assim, verificamos que a trajetória da educação brasileira, difundida, preferivelmente em função de aspectos religiosos, também moldou-se a tais realidades sociais, tornando-se instrumento do universo religioso.

Para a Igreja Católica, vista como educadora natural, a missão de educar fazia parte de um fim maior que era a propagação da fé. Não é em vão seu empenho em

promover a criação de escolas católicas que se tornaram importantes instituições de ensino, apoiadas e, muitas vezes, mantidas também com recursos públicos. Isso foi possível a partir da Constituição de 1934.

O desenvolvimento de escolas católicas femininas possibilitou vislumbrar uma educação escolar para a mulher. No entanto, é imprescindível considerarmos, que o projeto católico objetivava abrir caminhos e possibilidades para a atuação da mulher principalmente na Igreja, mas, como não poderia deixar de ser, também na sociedade.

2. A presença das Congregações e a consolidação da educação católica no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

O oeste de Minas (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) pertencia à diocese de Goiás. Em 1896, as treze câmaras municipais do Triângulo Mineiro dirigiram-se ao Papa Leão XIII solicitando a transferência da região para a diocese de São Paulo, devido aos contratemplos e a distância de Goiás:

Desde muitos anos que se reclama no Triângulo Mineiro a passagem para a Diocese de S. Paulo, onde pela estrada de ferro que atravessa esta parte de Minas, os negócios inerentes à mitra seriam despachados com a máxima urgência, o que não acontece na atualidade. Não acontece porque sendo a sede do Bispado Goiano na cidade de Goiás, capital daquele Estado, as relações pelo correio são sobremodo morosas pelas dificuldades de vias fáceis e rápidas de comunicação (NABUT, 1987, p. 39).

No entanto, somente em 1907, onze anos depois, o Papa Pio X atendeu às solicitações de D. Eduardo Duarte Silva, criando a Diocese de Uberaba, que passou a representar toda a região do oeste de Minas. Então, recebe suas primeiras obrigações, dentre elas:

Determinando o Concílio de Trento que em todas as dioceses se estabeleça um Seminário, mandamos que, logo que for possível, abra-se um nesta nova Diocese, Seminário no qual sejam mantidos e instruídos nas disciplinas da Igreja moços que dêem esperança de vocação; e, por meio de um estudo sério e completo, conforme as leis estatuídas, especialmente

nestes tempos calamitosos, se lhes infunda o amor a Deus, a moralidade, e se lhe subministre doutrinas sãs, quer filosóficas, quer teológicas, hauridas especialmente dos ensinamentos do Doutor Angélico (NABUT, 1987, p.43).

Não é surpresa que com a nomeação do primeiro Bispo de Uberaba, D. Eduardo Duarte da Costa, transferido de Goiás, em 24 de maio de 1908, providenciou um colégio para meninas em Água Suja e outro em Araguari, entregando a direção dessas escolas às Irmãs Belgas, da Congregação do Imaculado Coração de Maria, e o “Colégio Regina Pacis”, dirigido pelo Padres dos Sagrados Corações de Jesus e Maria. A sua preocupação com a difusão de escolas voltava-se para o interior da região como importante meio de evangelização da fé católica, o que o incita “pela circular de 31 de julho de 1910, a recomendação sobre a criação de escolas paroquiais.” (NABUT, 1987, p.39). Veio à tona o vigor e utilidade pelos quais a Igreja via na educação um meio para formar a moral e os costumes do próprio cidadão católico.

D. Eduardo exerceu durante quinze anos o episcopado como Bispo de Uberaba. Com a sua retirada, D. Antônio de Almeida Lustosa continuou o seu empreendimento educativo. Em 1925, ele assumiu a Diocese e foi importante líder da restauração católica na região, principalmente em Patrocínio, com a presença da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria por meio de sua ação na formação da Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio; mesmo diante do seu curto ministério na Diocese: 1925-1928.

Dom Lustosa, antes de chegar a Uberaba, já realizara importante currículo educativo: “regeu várias cadeiras no Gymnasio de S. Joaquim, de Lorena. Diretor do estabelecimento Salesiano de Jaboatão, Pernambuco, do Collegio Salesiano de Lavrinhas, São Paulo, e o Gymnasio de Bagé, Rio Grande do Sul.” (Correio Catholico, 1925. Dom Lustosa e a Instrução, 01.03.1925, nº 46). Através do seu vigor eclesiástico, ele percorreu imediatamente a diocese, procurando conhecer suas necessidades. Não foi difícil verificar as carências educacionais e religiosas na região. Por isso reabriu o Seminário Diocesano para a formação do clero, estruturando a atividade da Igreja Católica.

Com objetivo de evangelizar a população na fé católica, desenvolveu os movimentos populares que já estavam atuantes, operou o revigoreamento do Apostolado da Oração, criou a escola de instrução primária para meninos pobres, na cidade de Uberaba, a Associação dos Moços Católicos, remodelou a imprensa católica, que assumiu importante meio de veiculação doutrinária nas manifestações sobre a moral, a educação, e até mesmo, contra o protestantismo. Finalmente, ainda sobre a educação, incentivou o ensino do catecismo. Sua política eclesiástica

era vinculada à conjuntura do país. A região, naquele momento, também se deparava com a presença do protestantismo, o que resultava numa ameaça aos princípios e autoridade da Igreja Católica.

Sendo transferido para Corumbá, em 1929, assumiu o lugar o Bispo D. Frei Luiz Maria de Sant'Ana, ingressante da Ordem dos Capuchinhos Franciscanos. Ele também ampliou o trabalho educacional na Diocese, promoveu a vinda dos Padres Estigmatinos que receberam as paróquias de Ituiutaba e Uberaba; dos padres Capuchinhos, em Frutal e Carmo do Paranaíba, as Missionárias de Jesus Crucificado que abriram a Escola Normal em Uberlândia e as Missionárias de Nossa Senhora das Dores, em Ibiá.

Portanto, até 1937, verificamos uma ação educacional por parte do Bispado na construção de escolas, principalmente, com o número considerável de Congregações que vieram para a região. Dentre as Masculinas, podemos citar: Padres da Missão Lazarista (estabelecidos em Campina Verde desde 1828); Padres Dominicanos (Uberaba desde 1881); Padres dos Sagrados Corações (estabelecidos na diocese desde 1925, em Araguari, Patrocínio e Água Suja); Padres Salesianos (Estabelecidos em Araxá, desde 1926, fundaram, em 1931, o Ginásio Dom Bosco); Padres Estigmatinos (Entraram na diocese em 1935, em Ituiutaba e Nossa Senhora da Abadia); Padres Capuchinhos (Estabeleceram, em 1936, em Carmo do Paranaíba e Frutal; em 1937, em Patos de Minas); Irmãos Maristas (desde o ano de 1903 mantêm o Colégio Diocesano de Uberaba).

As Congregações Religiosas Femininas ficaram assim estabelecidas: Irmãs Dominicanas (Estabelecidas, em Uberaba, 1885. Fundaram o colégio de Nossa Senhora das Dores); Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, Bélgica (Dirigem na Diocese dois importantes colégios: Colégio Sagrado Coração de Jesus em Araguari, fundado em 1919, e o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, fundado em 1929); Irmãs de Jesus, Maria e José (Dirigem em Uberaba o Asilo Santo Antônio desde 1914); Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (Estabelecidas em Uberlândia desde 1933, com o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, e em Araxá um orfanato, em 1937); Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores (Hospital em Patos e o Colégio de São José, em Ibiá).

Esse considerável índice de Congregações torna-se significativo para compreendermos a ação educacional da Igreja naquele momento republicano. Tais congregações trouxeram reflexos das mudanças sociais que se desencadeavam na Europa e foram caracterizadas pelos constantes ministérios voltados para a vida social, como saúde e educação. Conforme Nunes (1986, p. 188), essas religiosas “encontram-se situadas socialmente, e suas ações podem dirigir-se à consolidação da situação vigente ou à sua transformação social”. Suas missões foram conferidas pela própria congregação através da eficácia no alcance social. Isso diferenciou o

referido trabalho das Congregações dos seus antigos modelos de vida religiosa. Nos séculos XVII e XVIII, a Vida Religiosa se estruturava de tal forma que cada comunidade religiosa feminina era independente, mas limitada pela influência do clero e não exerciam qualquer atividade fora da área conventual.

Somente a partir do século XIX, devido às mudanças político-sociais, as congregações assumiram o projeto de atuação social, daí o seu significado no país, como estratégia de reforma e restauração da Igreja no Brasil e o papel nos diversos lugares sociais: asilos, creches, orfanatos, hospitais e, claro, escolas para atender à formação das mulheres e das crianças.

3. A Escola Normal: um espaço difusor do ser mulher

As primeiras escolas normais para a formação de professores no Brasil foram criadas entre 1835 a 1880, sendo oferecidas inicialmente aos homens. Em Minas Gerais, a Escola Normal foi instalada em 1840. Em 1841, ainda faltavam alguns materiais como compêndios e tabelas, que o presidente da província julgava “indispensáveis à prática de novo sistema de ensino”, e acrescenta: “40 alunos estavam matriculados” (MOACYR, 1940, p. 79).

A Escola Normal de Ouro Preto passou por constantes improvisações: em 1842, ficou sem exercício do ano letivo; em 1846, foi novamente estabelecida; em 1852, foi fechada. Somente em 1871 ela reabriu em definitivo. Em 1872, o Regulamento do Ensino nº 62 constituiu uma Escola Normal na capital e em outras localidades. O programa dessas escolas ficou assim estabelecido:

O curso será em dois anos com as seguintes matérias: instrução moral e religiosa; gramática da língua nacional [...] aritmética; sistema métrico e elementos de geometria; noções gerais de geografia e história, geografia do Brasil, mormente da província; leitura refletida da Constituição do Império; pedagogia e legislação do ensino. Haverá uma aula de desenho linear e outra de musica (MOACYR, 1940, p. 178).

Nesse mesmo regulamento, o presidente ressaltava a presença feminina nas Escolas Normais, onde tal frequência tornara-se comum a homens e mulheres, embora em lições alternadas. Desta maneira, estas escolas constituíram-se como espaço para a profissionalização feminina, acontecimento que se expandirá na Primeira República em diferentes contextos nacionais, como em Minas Gerais.

Em 1906, com a Reforma João Pinheiro, foi criada a Escola Normal da nova capital (Belo Horizonte): “trata a educação como um dos pilares básicos da República” dirigida “exclusivamente à mulher”, pois sofreram mudanças em seus

currículos com a “introdução da disciplina Prendas Domésticas e Trabalhos com Agulha, cursada apenas pelas alunas.” (FARIA, 2000. p. 29).

Embora no decorrer da Primeira República elas desenvolvessem relevantes papéis na formação da mulher, não eram satisfatórias, pois “dada a insuficiência quantitativa de escolas normais, o encaminhamento das moças aos cursos secundários dos colégios religiosos privados constituía sério obstáculo à profissionalização feminina (SAFFIOTI, 1976, p. 215), pois, propósitos diferentes eram relacionados às instituições laicas e religiosas, quanto à formação da mulher, visto que, enquanto a primeira se responsabilizava pela formação da classe popular, as instituições religiosas privadas se preocupavam com a formação das elite.

Obviamente, um dos fatores que possibilitou a profissionalização da mulher, no magistério foi a necessidade da classe menos favorecida procurar a instituição escolar (o magistério primário) como meio de sobrevivência, enquanto as filhas da elite, em sua maioria, se preocupavam apenas com o conhecimento cultural, estabelecendo a estreita relação entre o diploma e um bom casamento. Com a crise econômica desencadeada após a Revolução de 1930, as filhas das elite procuraram o magistério como profissão, devido aos problemas financeiros de suas famílias.

A Igreja Católica, mostrando-se aliada aos interesses das oligarquias, permaneceu dirigindo boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, responsáveis pela educação das filhas da elite, apoiando a formação diferenciada dos sexos. Nesse contexto, ela prevaleceu com o maior número de escolas femininas. Os seus colégios, por não serem gratuitos, não possibilitavam o acesso das camadas desfavorecidas da sociedade.

A educação feminina nas escolas confessionais ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, “procurando guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita (instruída para o lar, e para o esposo).” (MANOEL, 1996. p. 86). O ensino ministrado nas escolas confessionais favorecia a hegemonia da Igreja, em razão do insignificante número dessa modalidade de escolas públicas no país.

Esse conjunto de relatos e acontecimentos marcou o início da formação feminina: “Até a década de 30, a Escola Normal gerida pelo Estado ou por instituições religiosas, mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira.” (NOVAES, 1995, p. 22).

Nessa perspectiva, percebemos que o processo de escolarização que a nova vida urbana cobrava do país acelerou a entrada da mulher nas Escolas Normais, pois o modelo criado desde a colônia já não correspondia às exigências da urbanização brasileira, percebendo que não era mais possível manter a mulher no mesmo estado de ignorância e isolamento. Sua entrada para a Escola Normal também

estava estritamente ligada à demanda do curso primário, devido ao esforço pela democratização da instrução e pela preocupação dos republicanos com o alto índice de analfabetismo da população. A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu somente no século XX, enquanto, na Europa, o século XIX já era palco desse processo.

As mulheres atendiam às condições profissionais exigidas para o magistério primário, que, até então, era direcionado aos homens. O magistério era comparado à maternidade, vendo-se na figura da sua representação a mulher, pois era responsável pela educação dos filhos, o que a tornaria mais apropriada para ensinar, ao agir com brandura, amor e compreensão com os seus alunos, ao contrário dos homens, seres ásperos, rudes, que poderiam tirar ou diminuir o gosto pela escola por parte das crianças.

Avaliando o projeto educativo católico no contexto brasileiro, especificamente o de Minas Gerais, compreendemos que a Igreja assumiu, de forma significativa, a tarefa educacional. A relevância que as Congregações desempenharam nesse período retrata os objetivos da própria Igreja em educar o povo na fé católica.

Nesse sentido, a educação foi percebida pelo ideário católico como capaz de desempenhar papel de relevo, na juventude católica, diante das transformações que se desencadeavam a partir do período republicano. Confirmando, assim, a nossa análise: a educação assumiu relevância na sua função de legitimadora da ideologia dominante, enquadrando-se no modelo social. É desta forma que a visão de Ramalho (1976) completa nosso pensamento: a atividade educativa subordina-se a uma teoria da sociedade, que lhe vai fornecer critérios decisivos para a sua ação. Então, ela fornece modelos de condutas (representações), para que seus alunos correspondam às suas expectativas.

Esse processo é percebido pela Congregação Sagrado Coração de Maria, que instalou-se, em Patrocínio, por meio do projeto de educação católica feminina, resultando na criação de uma escola primária (1928) e outra Normal (1933).

Considerações Finais

As Escolas Normais religiosas tornaram-se importantes espaços para a difusão da educação feminina, enquanto modelo de “mulher ideal”, que correspondia aos propósitos sociais vigentes e disseminados por tais escolas.

De certo, os planos educacionais desenvolvidos pela Igreja, para a mulher, não deixariam de favorecer a relação entre escola e lar, ao mesmo tempo em que as escolas confessionais católicas foram importantes instituições que atenderam à demanda de professoras primárias para as escolas públicas, pois, naquele

momento, o sentido de educação estava associado ao desenvolvimento, daí a necessidade e a expansão da formação do povo, que em sua maioria, encontrava-se analfabeto. Ao lado disso, a necessidade da formação de normalistas ocorreu para atender a esse desenvolvimento.

Finalmente, ao analisarmos a consolidação das escolas confessionais, principalmente devido à presença considerável de congregações femininas, entendemos que a educação da mulher constituiu, para a Igreja, num projeto de evangelização ou restauração católica na sociedade republicana. Retoma-se aqui a hipótese inicial, concluindo que a formação feminina correspondeu aos anseios católicos como importante meio de evangelização e interiorização da própria religião naquela sociedade, pelo cultivo e estímulo em defesa da família, pela ordem e a disciplina.

Referências

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: EdUNESP, 1998.

A Moral Católica. **Correio Católico**, Patrocínio, s/d de 1924, n° 08.

CAMPOS, Francisco. [Carta] **Carta ao Presidente Getúlio Vargas**. Arquivo Getúlio Vargas, Gv. 31.0418/1.

CASTELNAU, F. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Nacional, 1949.

Dom Lustosa e a Instrução. **Correio Católico**, Patrocínio, 1º de março de 1925, n° 46.

FERREIRA, J. F. S. P. B. **A evangelização pela educação escolar**: Embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924-1933). Uberlândia: UFU (Dissertação de Mestrado), 2004.

LOPES, E. M. T. & GALVÃO, A. M. O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURENÇO, L. A. B. **A Oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861). Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1910)**: Uma face do conservadorismo. São Paulo: EdUNESP, 1996.

MELLO, O. **As Origens Sociológicas do Alto Paranaíba**. Patrocínio: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio, 2000 (texto de aula).

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias**: São Paulo: Nacional, 1940.

MUNIZ, D. C. G. **Um toque de gênero**: História e Educação em Minas Gerais (1835-1892). Brasília: EdUnB/FINATEC, 2003.

NABUT, J. A. **A Igreja em Uberaba**: Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba/ Museu de Arte Sacra de Uberaba, 1987.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NOSELLA, P. & BUFFA, E. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: EdUFSCar, 1996.

NOVAES, M. E. **Professora Primária**: mestra ou tia? 6ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NUNES, M. J. F. R. Prática político-religioso das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: AZZI, R. & BEOZZO, J. O. (Org.). **Os Religiosos no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

RAMALHO, J. P. **Prática Educativa e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHMITZ, E. F. **Os Jesuítas e a educação**: filosofia educacional da Companhia de Jesus. São Leopoldo: EdUNISINOS, 1994.

SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B. & COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Recebimento em: 13/03/2009.

Accite em: 13/04/2009.